



---

## *Região Administrativa de Campinas*

---

# REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS

## População e Território

A Região Administrativa de Campinas, nos anos 60 e 70, tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que lhe conferiu grande dinamismo populacional, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo.

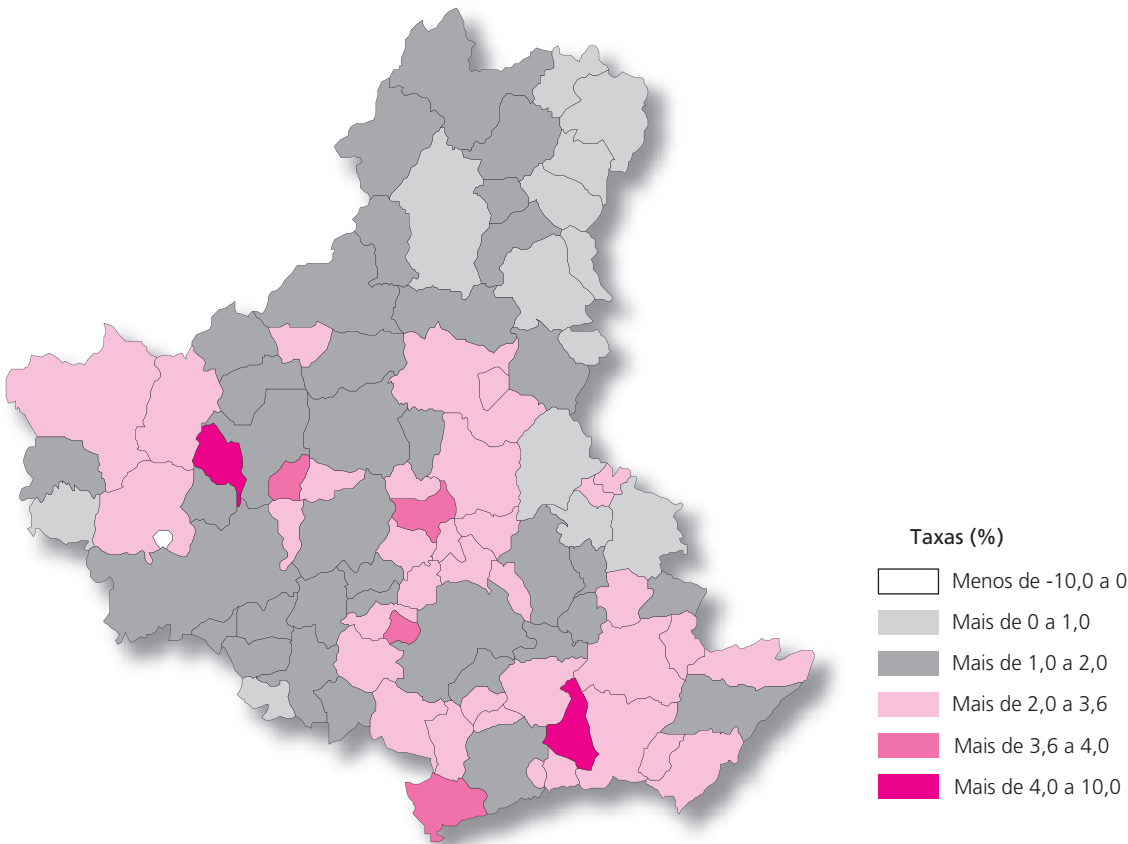
Composta por 90 municípios, a região conta com uma população projetada de 5,6 milhões de habitantes, o que representa 15% da população estadual em 2002. Cerca de 93% da população reside nas áreas urbanas. A menor taxa de urbanização é

encontrada em Pedra Bela (22,8%). Em cinco municípios, esses índices atingiam 100%: Águas de São Pedro, Hortolândia, Joanópolis, Piracaia e Várzea Paulista. A sede regional, Campinas, apresenta taxa de urbanização de 98,4%.

A densidade demográfica regional é de 206 hab./km². Comparando-se os municípios, as disparidades são pronunciadas: o menor índice equivale a Analândia (11,9 hab./km²), seguido de Corumbataí (14,9 hab./km²); os maiores são de Hortolândia e Várzea Paulista, superiores a 2.600 hab./km².

Outro aspecto importante é que as mulheres representam a maioria na RA que apresenta razão de sexo de 98,6 homens

Taxa Anual de Crescimento Populacional, por Município  
RA de Campinas  
2000/2002



Fonte: Fundação Seade.

para cada 100 mulheres. Vale ressaltar, porém, o predomínio da população masculina em 64% dos municípios dessa região. Sobressai o município de Pedra Bela, com razão de 111,2 homens para cada 100 mulheres.

A região tem em sua sede, o município de Campinas, seu maior pólo, concentrando 18% da população (quase 1 milhão de pessoas em 2002). Os municípios de Jundiaí, Piracicaba, Sumaré e Limeira representam, junto com Campinas, 38% da população regional.

Entre 1991 e 2000, a RA de Campinas contava com uma taxa de crescimento anual superior à média do Estado (2,3% e 1,8%, respectivamente). O município de Campinas exibiu uma taxa de 1,5% ao ano. Apenas Rafard registrava taxa de crescimento negativa, ao passo que Cabreúva e Hortolândia exibiam as taxas superiores a 6% ao ano.

Entre 2000 e 2002, seguindo a tendência paulista, a região de Campinas apresentou redução no ritmo de crescimento da população com uma taxa de 1,9% ao ano. Nesse período, o município-sede cresceu 1,2% ao ano e os maiores índices, supe-

riores a 4% ao ano, foram encontrados em Cabreúva, Ipeúna e Jarinu.

Acompanhando a tendência estadual, a região vem apresentando menor proporção de crianças ou mesmo redução no número absoluto, maior população em idade ativa e proporção crescente de idosos.

Em 1991, 30,7% da população concentrava-se nos grupos de menores de 15 anos, 18,5% representavam a população jovem (15 a 24 anos), 42,7% a população entre 25 e 59 anos e 8,1%, os idosos (60 anos e mais). Em 2002, ocorreu redução dos grupos de menores de 15 anos (24,7%), aumento da participação do segmento etário entre 25 e 59 anos (46,8%) e dos idosos (9,2%). Os jovens mantiveram sua participação, equivalendo a 19% da população.

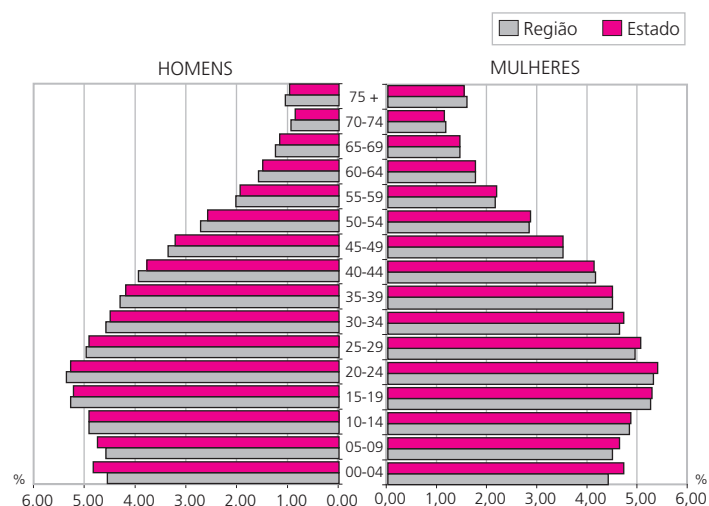
A estrutura etária da região apresenta-se ligeiramente mais envelhecida que a do Estado, contando com uma pirâmide de base mais estreita, indicativa de uma proporção de jovens relativamente menor, e topo ligeiramente mais largo, resultado de uma proporção maior de idosos .

Distribuição da População, segundo Tamanho dos Municípios  
RA de Campinas – 2002

Tamanho dos Municípios	População		Número de Municípios
	N <sup>os</sup> Absolutos (1 <sup>o</sup> de Julho)	%	
<b>RA de Campinas</b>	<b>5.589.389</b>	<b>100,00</b>	<b>90</b>
0 a 10.000 hab.	117.755	2,11	20
Mais de 10.000 a 20.000 hab.	296.416	5,30	20
Mais de 20.000 a 50.000 hab.	707.793	12,66	22
Mais de 50.000 a 100.000 hab.	998.559	17,87	14
Mais de 100.000 a 500.000 hab.	2.476.468	44,31	13
Mais de 500.000 hab.	992.398	17,76	1

Fonte: Fundação Seade.

### Pirâmide Etária da População RA de Campinas e Estado de São Paulo – 2002



Fonte: Fundação Seade.

### Economia

A Região Administrativa de Campinas – RAC apresenta indústria diversificada e moderna, setor terciário dinâmico e agricultura com alto valor comercial. É a maior concentração industrial do interior do Estado de São Paulo. A agropecuária avançada, com fortes vínculos produtivos com os complexos agroindustriais, tem expressão e dinamismo, destacando-se as culturas de cana-de-açúcar e laranja, a criação de gado e frango, a olericultura, a fruticultura e as plantas ornamentais.

Conforme resultados da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep 2001, a RAC abriga 19,6% do valor adicionado (VA) da indústria estadual. A Região Metropolitana de Campinas – RMC é responsável por 11,3% do VA, participação que só não é superior à da Região Metropolitana de São Paulo. Os demais 71 municípios da RAC são responsáveis por 8,3% do VA da indústria estadual, valor que é ainda superior ao das demais regiões do interior do Estado, ficando atrás apenas da região de São José dos Campos. Estão na RAC 18,9% do pessoal ocupado (PO) e 17,9% das unidades locais (UL) da indústria do Estado de São Paulo.

As atividades que se destacam na participação estadual são: fabricação e refino de petróleo (40,7% do VA total do Estado),

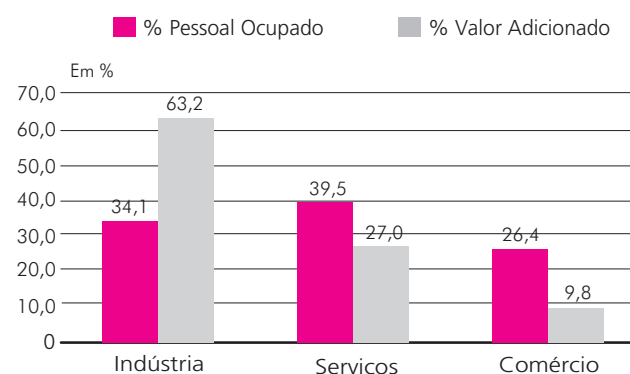
ocupando a segunda posição, com pesos muito próximos aos da Região Metropolitana de São Paulo; fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicações (41,0%); papel e celulose (38,0%); produtos têxteis (36,8%); minerais não-metálicos (23,9%) e indústria extrativa (25,4%).

Os resultados da Paep 2001 mostram que as principais atividades industriais da região, segundo o valor adicionado, são a fabricação e refino de petróleo e álcool (15,8%), a fabricação de alimentos e bebidas (14,6%) e a fabricação de produtos químicos (13%). Essas três atividades são responsáveis por cerca de 43% do total do valor adicionado da indústria regional. Na quarta posição está a fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (8%), seguida de fabricação de papel e celulose (7,7%), fabricação de máquinas e equipamentos (7,1%), fabricação de material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações (5,9%) e fabricação de produtos têxteis (5,4%).

As atividades industriais que mais empregam na região são: a fabricação de alimentos e bebidas, que também se caracteriza por ter o maior número de unidades locais entre as atividades analisadas; a fabricação de produtos têxteis; a fabricação de máquinas e equipamentos; a fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; a fabricação de produtos químicos e a produção de minerais não-metálicos.

A RA de Campinas ocupa, segundo os resultados da Paep 2001, a segunda posição no Estado em valor adicionado dos

### Participação do Pessoal Ocupado e do Valor Adicionado, segundo Setores de Atividade Econômica RA de Campinas – 2001



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep 2001.

setores de comércio e serviços. No comércio, detém 17% do VA estadual, 14,7% do pessoal ocupado nesse setor e 14,7% das ULs comerciais do Estado. Com relação aos serviços, a região concentra 10,8% do VA estadual, 12,7% do PO e 11,3% das ULs. A RA de Campinas é a principal região do Estado em serviços prestados à agricultura, sendo responsável por 28,9% do VA estadual dessa atividade. Outras participações expressivas estão nas atividades de educação formal (18,2%), alimentação (17,4%) e transportes (15,2%), nas quais ocupa a segunda posição no Estado.

Analisando conjuntamente as atividades de comércio e serviços na região, nota-se que o comércio é responsável por 26,7% do VA, 40,1% do PO e 57,5% das ULs. Os serviços ficam com 73,3% do VA, 59,9% do PO e com 42,5% das ULs desses dois setores. Os destaques são: os serviços de transporte, responsáveis por 15,3% do VA da RAC, 8,4% do PO e 5,1% das ULs; os serviços auxiliares às empresas, com 10,5% do VA, o maior número de pessoas ocupadas (11,9% da RAC) e 5,4% das ULs; e educação formal, com 9,3% do VA e 7% do PO.

Com relação aos investimentos anunciados para o ano de 2003, a região de Campinas<sup>1</sup>, receberia 15,5% do total estadual, sendo precedida apenas pela Região Metropolitana de São Paulo.

Dos investimentos de mais de 2 bilhões de dólares anunciados para a RAC, mais de 80% desse montante refere-se ao setor industrial, sendo que 61,6% do total diz respeito a três subsetores da indústria: refino de petróleo e álcool (35,9%), papel e celulose (14,0%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (11,7%). Para o setor de serviços, registram-se 16,1% dos investimentos anunciados, sendo 5,3% em atividades auxiliares de transportes e agências de viagens, e para o setor de comércio foram registrados 2,2% dos investimentos anunciados.

A excelente logística aeroportuária, rodoviária e ferroviária, a pesquisa em ciência e tecnologia, e a disponibilidade de mão-de-obra com alta qualificação têm sido apontadas como importantes fatores de atração de investimentos de porte e de qualidade, principalmente para o espaço metropolitano campineiro.

## O IPRS na Região Administrativa de Campinas

A dimensão e a complexidade constituem as principais características da Região Administrativa de Campinas. Sua importância econômica é revelada pelo IPRS, em que apresenta o quarto indicador de riqueza entre as regiões do Estado. Sua situação social, no entanto, não é tão favorável. Ordenadas as Regiões Administrativas do Estado, segundo os indicadores de longevidade e escolaridade, a RA de Campinas ocupa as posições de número 9 e 11, respectivamente.

A heterogeneidade intermunicipal pode ser observada pela distribuição dos 90 municípios da região nos cinco grupos do IPRS. No Grupo 1, que reúne os municípios com bons indicadores nas três dimensões do índice, foram classificados 25 municípios; no Grupo 2, que congrega os que possuem bons indicadores de riqueza, mas indicadores socioeconômicos insatisfatórios, foram classificados 22 municípios; no Grupo 3, cuja principal característica é agregar os municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, exibem indicadores sociais satisfatórios, encontram-se 11 municípios; nos Grupos 4 e 5, foram classificados 18 e 14 municípios, respectivamente. Os dois últimos grupos agregam os municípios em piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os classificados no Grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor que os do Grupo 5, pois apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

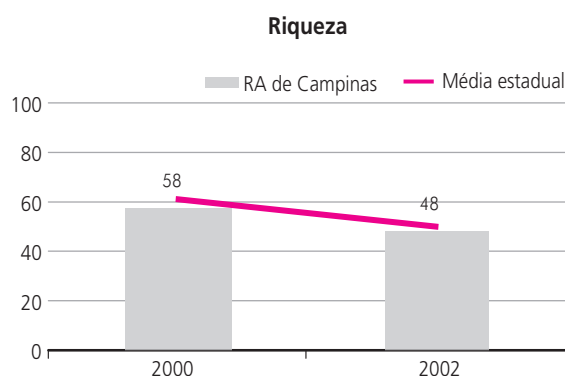
Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão riqueza, entre 2000 e 2002:

- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços oscilou de 14,4 MW a 12,4 MW, sendo a média do Estado, em 2002, de 13,8 MW;
- em 2002, o consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se abaixo da meta de racionamento estabelecida para 2001, ou seja, a redução do consumo foi maior do que 20%, variando de 2,6 MW para 2,0 MW, sendo a média do Estado, em 2002, de 2,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal variou pouco, passando de R\$ 1.050, para R\$ 976, sendo a média do Estado, em 2002, de R\$ 1.082;
- o valor adicionado fiscal *per capita* cresceu, no período, de R\$ 10.933 para R\$ 11.632, sendo a média do Estado, em 2002, de R\$ 8.118.

<sup>1</sup> Dados da Pesquisa de Investimentos do Estado de São Paulo – Piesp, da Fundação Seade.

No indicador agregado de riqueza, como o conjunto do Estado, a Região Administrativa de Campinas decresceu entre 2000 e 2002. Nota-se a redução de 14% no consumo de energia elétrica não-residencial e, nas residências, essa retração chegou a 23%, como efeito do racionamento ocorrido em 2001. Houve um comportamento uniforme de todos os municípios da RA no que tange a essa dimensão.

Assim sendo, as variáveis associadas à renda e ao consumo das famílias não apresentaram expansão, ao contrário, houve redução do salário médio do setor formal, como observado no conjunto do Estado.

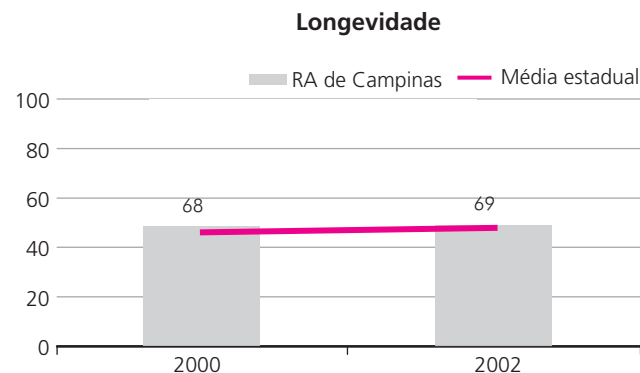


Entre os municípios, os únicos em que aumentou um pouco o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário foram Várzea Paulista, Holambra e Cordeirópolis, sendo que nos demais o nível de 2000 não foi atingido.

Já no que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, Louveira, Rio das Pedras e Cordeirópolis são os que mais se destacam, ultrapassando 100% de acréscimo. Quanto aos salários médios reais, houve redução na maioria dos municípios, sendo que em alguns, como Analândia, Valinhos e Santa Maria da Serra, o decréscimo passou de 20%. Entre as poucas exceções, destacam-se, por exemplo, os casos de Tuiuti, Itirapina e Campo Limpo Paulista, onde os salários médios cresceram mais de 20% entre 2000 e 2002.

O indicador agregado de longevidade mostrou-se estável ao longo de todo o período analisado em patamar muito próximo ao do conjunto do Estado. Dos 90 municípios que compõem a região, 58% mantiveram a longevidade estabilizada, 30% elevaram seu escore e apenas 12% o diminuíram em 4 ou mais pontos. Os municípios de Americana, Rafard, Santa Gertrudes e

Valinhos apresentaram os maiores valores de longevidade; em contraste, Corumbataí, Itajobi, Vargem e Santa Cruz das Palmeiras registraram os piores.



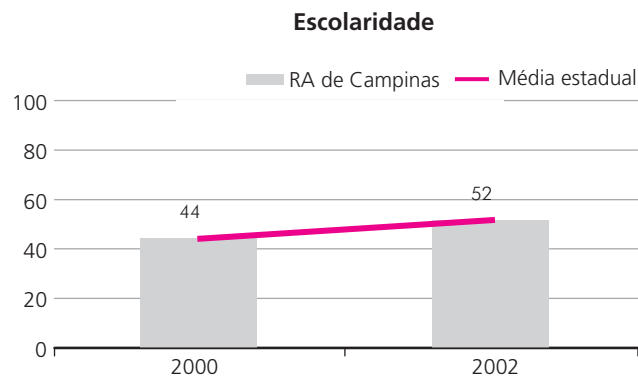
Na região, verificou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão longevidade, entre 2000 e 2002:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) oscilou de 15,1 para 13,8, sendo a média do Estado, em 2002, de 15,3;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) manteve-se praticamente estável no período (passou de 16,8 para 16,2), sendo a média do Estado, em 2002, de 16,8;
- a taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) manteve-se estável (passou de 1,9 para 1,8), sendo a média do Estado, em 2002, de 2,0;
- a taxa de mortalidade das pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) pouco variou, passando de 39,6 para 38,8, sendo a média do Estado, em 2002, de 38,9.

Em alguns municípios, os componentes dessa dimensão são ainda excessivamente elevados, como a taxa de mortalidade infantil em Torrinha, Vargem, Itobi, Charqueada, Nazaré Paulista, Corumbataí e Piracaia, que passa de 26 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, deve-se ter cuidado ao analisar o aumento ou a diminuição das taxas em municípios com população muito pequena, pois suas taxas são bastante afetadas pela variação de apenas um óbito ou um nascimento.

No caso da dimensão escolaridade, a RA de Campinas situa-se num patamar idêntico ao do conjunto do Estado, portanto, numa situação relativamente menos favorável do que no indicador de longevidade. Municípios como Nova Odessa, Saltinho, Valinhos e Americana estão muito bem posicionados e 22 deles encontram-se acima da média estadual. Entretanto, 45 municí-

pios da região não atingiram o escore médio do Estado (52), sendo os casos mais preocupantes os de Nazaré Paulista (24), Cabreúva (35), Jarinu (36), Várzea Paulista (36) e Vargem (37), classificados nas últimas posições.



Na região, observou-se o seguinte comportamento das variáveis que compõem a dimensão escolaridade, entre 2000 e 2002:

- a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental aumentou de 60,7% para 66,9%, sendo a média do Estado, em 2002, de 68,1%;
- a proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo manteve-se praticamente estável, passando de 93,9% para 94,0%, sendo a média do Estado, em 2002, de 94,5%;
- a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo registrou pequena variação, passando de 33,8% para 36,1%, sendo a média do Estado, em 2002, de 37,8%;

- a taxa de atendimento à pré-escola das crianças de cinco e seis anos aumentou de 62,4% para 78,5%, sendo a média do Estado, em 2002, de 75,1%.

Os avanços mais significativos foram observados especialmente no atendimento da pré-escola e na cobertura dos ensinos fundamental e médio. Alguns municípios ampliaram em mais de 15 pontos percentuais a parcela da população jovem com o ensino fundamental completo, como Jaguariúna, Rafard e Holambra. No caso do segmento da população juvenil com ensino médio completo, os casos de maior êxito, com acréscimo de mais de 20 pontos percentuais, foram os de Águas de São Pedro, Nova Odessa e Monte Alegre do Sul.

Em uma apreciação geral da RA de Campinas, por meio do IPRS, verifica-se que o indicador de riqueza estava ligeiramente mais baixo que o do conjunto do Estado, tendo acompanhado a retração que este apresentou entre 2000 e 2002. Tal resultado decorreu, em parte, das limitações impostas pelo racionamento de energia elétrica. Apesar disso, houve na região uma elevação do valor adicionado fiscal em quase todos municípios.

Houve ligeira redução de todos os indicadores de mortalidade na região, embora nem todos os municípios tenham apresentado esse comportamento. As taxas de mortalidade, em 2002, levaram a região ao nono lugar da classificação segundo o indicador de longevidade. O comportamento geral nessa dimensão foi favorável, mas grandes esforços ainda são necessários, para homogeneizar a RA de Campinas.

Por fim, a evolução do indicador de escolaridade foi claramente positiva no conjunto da região, com progressos em todas as variáveis. Chama a atenção a oferta de vagas na pré-escola, visto que 29 municípios registram atendimento superior a 90% das crianças de cinco e seis anos de idade.